



30^º
**CONGRESSO
BRASILEIRO
DE BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO**



25 a 29 de novembro 2024

**Bibliotecas Fortes:
Sociedade Democrática Recife, PE**



Eixo 1 – Não deixar ninguém para trás

Modalidade: artigo completo

Educação como prática da liberdade: case na Biblioteca Cidadã de Florianópolis com foco nas pessoas em situação de rua

Education as a practice of freedom: case at the Florianopolis Citizen Library with a focus on homeless people

Daniela Spudeit – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Valéria Machado Weinhardt Borges – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Resumo: Alinhado à proposta de educação libertadora de Paulo Freire, esse trabalho tem como objetivo relatar as atividades desenvolvidas na Biblioteca Cidadã para possibilitar acesso à informação, construção do conhecimento, promoção de ações culturais, entre outras ações que visem a autonomia dos indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade social em Florianópolis. Caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e exploratória quanto aos objetivos e é uma pesquisa bibliográfica e documental quanto aos meios de coleta de dados. Como resultados, apresenta as diferentes atividades de mediação literária e cultural realizadas pela Biblioteca Cidadã que priorizam a liberdade como ponto de partida, o livre pensar e livre falar no qual as temáticas abordadas são escolhidas conforme o contexto e demanda das pessoas abrigadas nesse local. Conclui-se que além das atividades literárias e culturais, também é importante estruturar alguns serviços para atender as necessidades desse grupo no que tange ao acesso e uso de informação como emissão de documentos, busca por vagas de trabalho, entre outros além de oferecer o espaço para leitura, estudos e atividades culturais para que essas pessoas possam exercer efetivamente sua cidadania e se beneficiar dos direitos constitucionais.

Palavras-chave: Educação libertadora. Biblioteca Cidadã. Pessoas em situação de rua. Biblioteca comunitária. Paulo Freire.

Abstract: In line with Paulo Freire's proposal for liberating education, this work aims to report the activities developed at the Citizen Library to enable access to information, construction of knowledge, promotion of cultural actions, among other actions aimed at the autonomy of individuals who are in a situation of social vulnerability in Florianópolis. It is characterized as a descriptive and exploratory research regarding the objectives and is a bibliographic and documentary research regarding the means of data collection. As results, it presents the different literary and cultural mediation activities

carried out by the Citizen Library that prioritize freedom as a starting point, free thinking and free speaking in which the themes covered are chosen according to the context and demand of the people sheltered in that place. It is concluded that in addition to literary and cultural activities, it is also important to structure some services to meet the needs of this group in terms of access and use of information such as issuing documents, searching for job vacancies, among others, in addition to offering space for reading, studies and cultural activities so that these people can effectively exercise their citizenship and benefit from constitutional rights.

Keywords: Liberating education. Citizen Library. Homeless people. Community library. Paulo Freire.

1 INTRODUÇÃO

Paulo Freire (1921-1997) foi importante educador brasileiro, patrono da educação, cujo trabalho reverbera mundialmente face as diferentes contribuições para uma pedagogia mais consciente, justa, democrática e inclusiva trazendo mudanças estruturais para a Educação pois acredita que ela era “um ato de amor, um ato de coragem” (Freire, 1999).

Seu primeiro livro, escrito na época que estava exilado no Chile durante a ditadura foi “Educação como Prática da Liberdade” publicado em 1967 no qual cunhou o termo “pedagogia ou educação libertadora”. Paulo Freire aprendeu a ler e escrever por meio de um processo de conscientização e libertação que evidencia a troca compartilhada de conhecimentos entre quem ensina e quem aprende (Freire, 1999).

Ele dizia que “Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender”. Paulo Freire defendia que ensinar não era só transferir conhecimento, mas sim criar condições e possibilidades para sua construção, pois todos nós sabemos alguma coisa, todos nós ignoramos alguma coisa, por isso aprendemos sempre. Ninguém ignora tudo, ninguém sabe tudo. Paulo Freire dizia: “Não existe saber mais ou saber menos. Existem saberes diferentes”.

Dentro dessa perspectiva que foi implementada a Biblioteca Cidadã em Florianópolis em 2022, dentro da Passarela da Cidadania onde funciona um espaço para acolhimento e atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social da cidade, capital de Santa Catarina. Atualmente esse lugar é gerenciado por uma organização não governamental chamada Núcleo de Reabilitação pela Vida (NURREVI) em parceria com a Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Alinhado à proposta de educação libertadora de Paulo Freire, esse trabalho tem como objetivo relatar as atividades desenvolvidas na Biblioteca Cidadã para possibilitar acesso à informação, construção do conhecimento, promoção de ações culturais, entre outras ações que visem a autonomia dos indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade social em Florianópolis.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Machado e Vergueiro (2010) apontam que as bibliotecas comunitárias surgem em comunidades locais, de maneira espontânea ou a partir de um projeto social, individual ou coletivo, são pólos irradiadores de cultura e saber local. Deve funcionar como espaço de articulação local para seus atores, sua organização, as diversas formas de uso da informação. Para os autores, estas bibliotecas trabalham no empoderamento da comunidade, criando mecanismos para colaborar no desenvolvimento social, potencializando os talentos dos indivíduos e das comunidades, constituindo-se em espaços públicos voltados à emancipação, onde a prática cidadã pode aflorar de forma inovadora, criativa e propositiva.

Foi pensando nisso que em 2022 foi criada a biblioteca comunitária mais tarde chamada Biblioteca Cidadã, por iniciativa das próprias pessoas que “moravam” lá em parceria com uma professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (uma das autoras desse trabalho), que era voluntária lá desde 2018.

A Biblioteca Cidadã está localizada na Passarela da Cidadania, no centro de Florianópolis, capital de Santa Catarina. Nesse espaço, além de alojamento, alimentação e atendimento médico, são oferecidos diversos serviços técnicos e psicossociais para auxiliar as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social pelas ruas da cidade, para que se capacitem para obter um emprego, para tratar de dependências químicas ou mesmo para voltar para suas cidades de origem.

Atualmente, existem duas unidades dessa biblioteca no mesmo espaço para atender diferentes demandas e públicos, e estão vinculadas ao “Programa de Extensão Libertas: Promoção do acesso à cultura e leitura para população de rua” do Departamento de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Libertas vem do latim significa liberdade, ou seja, é a condição do indivíduo que possui o direito de fazer escolhas de forma autônoma de acordo com sua vontade, que é livre e tem domínio sob suas ações. Assim, espera-se que a biblioteca seja esse espaço acolhedor e que dê autonomia para as pessoas saírem da situação de vulnerabilidade social que se encontram. Acredita-se que oferecendo ações para reduzir a vulnerabilidade informacional possa minimizar a vulnerabilidade social e dar novas oportunidades para esse grupo de pessoas atendidas no projeto.

Vitorino (2018) explica que vulnerabilidade informacional é um estado de susceptibilidade a danos causados às pessoas por excesso ou falta de acesso à informação e a tensões associadas a esse fenômeno na sociedade. Dessa forma, todas as ações relacionadas ao promoverem o acesso e uso e informação para pessoas em situação de vulnerabilidade social ajudarão a ter maior autonomia e oportunidades para melhorar sua condição de vida.

A escrita e execução desse projeto também foi motivado pelo “Manifesto de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias” criado em 2013, durante a realização do XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD) em Florianópolis. Esse documento foi elaborado pelos integrantes do II Seminário “Competência em informação: cenários e tendências” por iniciativa da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB).

O Manifesto (2013) parte do propósito de que a Competência em Informação é um fator crítico e condicionante ao desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil. Além disso, é necessário priorizar a mobilização da sociedade civil organizada e órgãos governamentais para a integração da competência em informação às ações de democracia para o exercício da cidadania.

A referida obra trata especificamente de ações em prol de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade. Vulnerabilidade vem do latim “*vulnus*” que significa ferida, assim Meneses Tello (2008, p.49) explica que “vulnerável é aquele que pode ser ferido, assim todo ser humano é vulnerável por natureza, seja por cansaço, enfermidade, idade, pobreza, desemprego, risco de perigo ou de morte todos somos vulneráveis”. O autor define vulnerabilidade como “incapacidade de resistência a um fenômeno que afeta a integridade física e mental de uma pessoa” (Meneses Tello, 2008, p. 49).

Na Sociologia, grupo vulnerável é uma “terminologia bastante usada para se referir a um grupo social marginalizado, minoritário, desfavorecido e oprimido” de acordo com Meneses Tello (2008, p. 49). Na mesma linha, Rodriguez Vignoli, (2001, p.17) relaciona a vulnerabilidade com: Risco de ser ferido, agredido ou simplesmente uma força de origem externa, uma pessoa é vulnerável porque pode ser ferida. A invulnerabilidade está na proteção total de forças externas. A invulnerabilidade é a proteção total de forças externas nocivas (blindagem) enquanto entre os polos - vulnerabilidade total (ausência absoluta de defesas ou proteções) e a invulnerabilidade - existe um gradiente dado por recursos internos ou opções alternativas para enfrentar o efeito externo; quanto mais eles são, menor é a vulnerabilidade.

Dessa forma, o Manifesto elenca uma série de responsabilidades aos profissionais, aos representantes do movimento associativo/órgãos de classe, das instituições privadas, públicas e governamentais apresentando recomendações para estes sujeitos capacitarem, instrumentalizarem, debaterem, proporem, fomentarem e executarem ações em prol dos grupos vulneráveis socialmente. Ao relacionar estas recomendações às necessidades de informação das populações vulneráveis e minorias, percebe-se que pessoas em situação de rua são, muitas vezes, invisíveis aos olhos da sociedade e poder público conforme explica Spudeit (2021).

Esse trabalho é importante por evidencia práticas acolhedoras e de democratização da informação contempla o que defende a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (2005) da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Em consideração a democratizar e tornar o acesso à informação para as populações vulneráveis (as mais necessitadas). O Art. 8 da Declaração trata que: A vulnerabilidade humana deve ser levada em consideração na aplicação e no avanço do conhecimento científico, das práticas médicas e de tecnologias associadas. Indivíduos e grupos de vulnerabilidade específica devem ser protegidos e a integridade individual de cada um deve ser respeitada (UNESCO, 2005, online).

Assim, alinhado à proposta de educação libertadora de Paulo Freire e demais documentos institucionais citados, esse trabalho tem como objetivo relatar as atividades desenvolvidas na Biblioteca Cidadã para possibilitar acesso à informação, construção do conhecimento, promoção de ações culturais, entre outras ações que visem o exercício da cidadania e da democracia.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e exploratória quanto aos objetivos e é uma pesquisa bibliográfica e documental quanto aos meios de coleta de dados. A pesquisa descritiva ocorre quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles, descrevendo as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis segundo Prodanov e Freitas (2013).

A pesquisa exploratória proporciona mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto (Prodanov; Freitas, 2013).

Segundo os mesmos autores, a pesquisa bibliográfica ocorre a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013). A pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (Prodanov; Freitas, 2013). Nesse trabalho buscou-se publicações na BASE BRAPCI, que reúne artigos e trabalhos de eventos, para fundamentar esse relato de experiência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quando se fala em pessoas em situação de rua, existem diferentes expressões para denominar esse grupo como “população em situação de rua”, “morador de rua”, “sem teto” e “população em situação de rua”. Nesse trabalho, optou-se por usar a terminologia “pessoas em situação de rua” porque se acredita que nem sempre essas pessoas estão de “passagem”, mas muitas são conduzidas a essa situação devido ao agravamento das desigualdades sociais e níveis de pobreza características de uma sociedade capitalista. É importante destacar que a nomenclatura pessoas em situação de rua foi oficialmente proposta pela Política Nacional para População em Situação de

Rua (Brasil, 2009), por isso grande parte das publicações e documentos oficiais estão padronizados dessa forma.

Os preconceitos e discriminações em relação a esse grupo de pessoas sempre existiram, não há uma data precisa para definir isso. Assim como acontece com outros grupos minoritários (tais como ciganos, indígenas, comunidade LGBT, quilombolas, entre outros), mas no caso das pessoas em situação de rua o estigma esteve voltado à violência ou loucura, muitas vezes tratados como bandidos, sujos, loucos, mendigos, vadios, vagabundos, doentes mentais, desocupados, maloqueiros, entre outros.

Segundo Di Flora (1987), estas pessoas são estigmatizadas, pois demonstram as contradições básicas do modo capitalista de produção: a falácia de que todos possuem iguais oportunidades e a evidência de que, embora a produção seja social, a apropriação dos ganhos é sempre individual, sendo as pessoas em situação de rua testemunhas vivas de que a exploração e a desigualdade estão no cerne deste modo de produção. A mesma autora informa haver uma pseudo “oportunidade igual para todos”.

Dentre os diversos grupos vulneráveis, encontram-se as pessoas em situação de rua que de acordo com Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos trata-se de um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados (Brasil, 2023).

Esse grupo caracteriza-se pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e de áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como das unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória (Brasil, 2023). Isso pode ser causado por diferentes motivações que Silva (2009) chama de múltiplos fatores que conduzem à situação de rua:

Existem fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e de renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social etc.), tem os fatores biográficos ligados à história de vida de cada indivíduo (rupturas dos vínculos familiares, doenças mentais, consumo frequente de álcool e outras drogas, infortúnios pessoais – mortes de todos os componentes da família, roubos de todos os bens, fuga do país de origem etc.) e ainda, em fatos da natureza ou desastres de massas – terremotos, inundações etc. (Silva, 2009, p. 105).

Nesse sentido, é possível perceber que esse fenômeno não pode ser explicado a partir de uma única motivação ou face, visto que tem fatores que se destacam e

apresentam vieses diferentes, pois podem variar conforme a localidade ou mesmo em épocas específicas revelando causas estruturais relacionadas historicamente à sociedade capitalista que visa acumulação de capital.

As pessoas que estão nas ruas estão classificadas como grupos vulneráveis porque além de enfrentarem dificuldades básicas de moradia, higiene, saúde e alimentação também ficam à margem dos benefícios sociais, devido aos obstáculos e barreiras para acesso e uso de sistemas de informação em geral.

Foi pensando nessa problemática que envolve acesso e uso de informação pelas pessoas em situação de rua que foi criada a Biblioteca Cidadã que é resultado de um programa de extensão coordenado pela professora Daniela Spudeit do curso de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina. No início de 2021, antes de sua formalização, a biblioteca era apenas uma estante e uma cadeira contendo alguns livros que haviam sido descartados no lixo e foram resgatados pelos próprios abrigados durante a pandemia segundo Haugg (2022).

Mesmo período que a Daniela Spudeit fez sua pesquisa de doutorado no local coletando informações e entrevistando as pessoas para conhecer o perfil, necessidades de informação e outras percepções para propor diretrizes para desenvolver a competência em informação nesse público por meio de ações nas bibliotecas públicas que constam em Spudeit (2021).

Após conclusão da pesquisa, iniciou-se a organização do espaço que foi oficialmente inaugurado em junho de 2022 dentro da Passarela da Cidadania, antes conhecida como “Nego Quirido” que é o sambódromo localizado no centro da cidade de Florianópolis, atualmente gerenciado pela organização não governamental Núcleo de Reabilitação pela Vida (NURREVI) em parceria com Prefeitura Municipal de Florianópolis conforme explicam Spudeit e Haugg (2023).

Atualmente tem duas unidades da biblioteca cidadã localizadas no mesmo espaço, sendo que uma delas fica no prédio onde funciona o abrigo e tem a salas de aulas de educação de Jovens e Adultos (EJA) no qual o acesso é restrito a quem está alojado nesse local, e a outra unidade da biblioteca fica dentro do Centro de Convivência Dia (CCD) localizada no térreo do sambódromo, ambos espaços gerenciados pelo NURREVI, aberta ao público.

O CCD é um ambiente recém inaugurado aberto apenas durante o dia para atendimento e acolhimento de pessoas em situação de rua, muitas, por opção, não ficam no abrigo, mas vão até lá para ter acesso a alimentação, local para higiene, acesso à vestuário, atendimento psicossocial, médico, jurídico e principalmente, para capacitação profissional. Assim, tem a oportunidade de fazer cursos e participar de oficinas em diversas áreas para obter um trabalho e saírem da situação de vulnerabilidade social em que se encontram.

Nesse contexto, a Biblioteca Cidadã dá suporte a todas as atividades que ocorrem lá sejam educacionais, culturais, sociais, ambientais, recreativas etc conforme divulgação constante no Instagram da biblioteca (@bibliotecacidadafloripa) onde é possível ver todas as diversas ações realizadas que priorizam a liberdade como ponto de partida, o livre pensar e livre falar no qual as temáticas abordadas nas atividades de mediação literária ou mesmo cultural são escolhidas conforme o contexto e demanda das pessoas abrigadas nesse local.

Além disso, este ambiente de informação dispõe de um acervo em torno de mil obras com foco maior em literaturas que é a demanda das pessoas atendidas lá, mas também tem livros para atender os alunos do supletivo, cultura, artes, meio ambiente, cidadania, legislação, obras em geral que são obtidas por meio de doações advindas de outras bibliotecas, de escritores dos eventos culturais ou pessoas físicas.

A partir de um estudo de usuários feito por Haugg (2022) em seu estágio curricular, identificou-se o perfil e demandas informacionais dessas pessoas e percebeu-se que se trata de um público itinerante, com alta rotatividade, majoritariamente masculino e oriundos de diferentes partes de fora da cidade. Observou-se também que esse público se interessa prioritariamente por literatura religiosa, livros espíritas, bíblias, gibis, livros de autoajuda, sendo que a Biblioteca aceita doações de acervos nestes segmentos para atender as demandas de todas as pessoas acolhidas.

A Biblioteca Cidadã, por ser projeto de extensão da UDESC, recebe recursos institucionais, mas também tem parceria com a Biblioteca Pública de Santa Catarina, Biblioteca Pública Municipal Barreiros Filho, SESC, SENAC, Biblioteca Central da UDESC, entre outras. Todas as obras são organizadas com a ajuda das bolsistas e voluntários usando a classificação por cores para facilitar o acesso e uso deste acervo mas também para que as próprias pessoas acolhidas lá possam ajudar na organização das obras num

ambiente convidativo e decorado, mantendo-o sempre atrativo para as pessoas abrigadas na Passarela.

Em relação aos serviços da biblioteca, por meio do estudo de usuários feito por Haugg (2022) e pelas entrevistas realizadas por Spudeit (2021), percebeu-se algumas necessidades específicas, pois muitas pessoas que estão em situação de rua, muitas vezes não exercem sua cidadania ou não usufruem dos seus direitos básicos garantidos pela Constituição Federal por falta de conhecimento. Por exemplo, na época da pandemia muitos perderam o emprego e não sabiam como ter acesso ao auxílio emergencial, assim foram parar nas ruas. Além disso, outras necessidades como entrar num sistema de informação governamental na internet para ter direito a algum benefício, auxílio-doença, aposentadoria, fazer um currículo, achar uma vaga de trabalho em sites etc. eram necessidades informacionais comuns em suas falas.

Também há outras demandas de quem já estava nas ruas: como conseguir tirar a segunda via de um documento, conseguir uma passagem para voltar para sua cidade de origem, marcar um médico no posto de saúde, buscar um lugar para tratamento de vícios, achar um abrigo para passar a noite porque foi despejado, etc eram outras necessidades que poderiam ser resolvidas com acesso à informação, ou seja, serviços que poderiam ser oferecidos pela Biblioteca Cidadã que está se estruturando para isso atualmente, além de oferecer o espaço para leitura, estudos e atividades culturais.

Iniciativas como dessa biblioteca comunitária visam a democratização da cultura, o desenvolvimento da cidadania, o fortalecimento da identidade e a construção de conhecimentos das pessoas que utilizam esses espaços, no caso pessoas que estavam em situação de rua. Além disso, é importante destacar que todas as ações realizadas na Biblioteca Cidadã se relacionam com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente os objetivos 1, 3, 4 e 10:

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
Objetivo 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles (ONU, 2015).

Spudeit e Haugg (2023) enfatizam que as bibliotecas têm uma missão especial e fundamentalmente social de acordo com seus propósitos oferecendo um

atendimento humanizado por meio dos seus serviços, de um ambiente inclusivo e acolhedor para todas as pessoas, independente de raça, religião, cultura, cor, língua, gênero, status social, idade combatendo as desigualdades sociais que seja uma abordagem que garanta, promova e implemente os direitos humanos, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e a transformação de vidas, por meio do acesso e uso da informação

Com o propósito de concretizar o processo educativo para todas as pessoas, a Biblioteca Cidadã tem fundamentado suas práticas para aqueles que a frequentam. Sempre se pautando nos princípios propostos pela educação libertadora de Paulo Freire evidenciando a troca compartilhada de conhecimentos entre quem ensina e quem aprende por meio de um processo de conscientização e libertação de forma inclusiva, justa e consciente.

Atualmente estão sendo implementados alguns serviços de informação para divulgação de oportunidades de trabalho, auxílio na elaboração de currículo, cursos de capacitação profissional, entre outros. Dentre as atividades culturais, ocorrem muitas rodas de leitura, recitais poéticos, oficinas de artesanato, sessões de biblioterapia, oficina sobre saúde mental, sessões de cinema, palestras, apresentações musicais, entre outras.

Dentre as ações realizadas recentemente houve rodas literárias no qual discutiu-se sobre livro “O avesso da pele” do Jeferson Tenório e também o livro “O quarto de despejo” da escritora Carolina de Jesus para tratar de questões relacionadas ao racismo estrutural e preconceito contra pessoas negras. Por meio do livro “Tudo sobre o Amor: novas perspectivas” da escritora Bell Hooks foi abordado sobre afeto, acolhimento, respeito, diversidades, saúde mental, entre outros temas associados.

A seguir algumas imagens das diversas atividades que estão divulgadas no instagram da biblioteca (@bibliotecacidadefloripa).

Figura 1 – Registro de algumas atividades realizadas na Biblioteca Cidadã



Fonte: Instagram Biblioteca Cidadã Floripa (2024)

Descrição: Nas imagens aparecem diversas pessoas participando de ações culturais e literárias na Biblioteca Cidadã sendo mediadas por profissionais da área de Biblioteconomia

Espera-se que essa biblioteca comunitária consiga atender bem mais pessoas, fazer mais parcerias, aumentar a quantidade de pessoas que possam usufruir desse importante espaço de acesso à informação e à cultura para que mais vidas sejam

efetivamente transformadas para que possam sair da situação de vulnerabilidade social no qual se encontram.

Nesse contexto das práticas realizadas na biblioteca que a educação libertadora se evidencia pois visa emancipar o ser humano nesta sociedade capitalista que vivemos além de possibilitar a minimização das opressões cotidianas que as pessoas sofrem, sejam elas em relação às questões de classe, gênero e raça, ou a outras disputas e lutas sociais e políticas, temas recorrentes abordados de forma lúdica e interdisciplinar nas atividades realizadas na Biblioteca Cidadã.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando Paulo Freire defendia a educação como prática libertadora se referia a uma concepção problematizadora e libertadora ou humanista que possibilitem que as pessoas transformem o mundo em que vivem.

A partir das histórias de vida que estas pessoas trazem na bagagem, elas têm a possibilidade de adquirir novos conhecimentos, ampliando sua visão de mundo. A experiência destas pessoas, evidenciadas nos saberes, é construída por meio de seus relacionamentos sociais e culturais, o que precisa ser respeitado.

Para tanto, os mesmos devem compreender a realidade que os cerca por meio de uma visão crítica da mesma, respeitando-se sua cultura e história de vida tendo como pilares fundamentais o diálogo a ação para que a pessoa aprenda a aprender e seja um processo de dupla via no qual todos podem ensinar e aprender, priorizando a autonomia, respeito e acolhimento.

Dentro dessa perspectiva que as atividades na Biblioteca Cidadã são pensadas a partir da concepção de dar voz a essas pessoas que estavam em situação de vulnerabilidade social, dar espaço, oportunidades para transformarem suas vidas, para que possam ser independentes, autônomas e se reconheçam como cidadãos brasileiros que tem direitos constitucionais garantidos por Leis Federais.

Assim deve ocorrer com todos tipos de bibliotecas, sejam comunitárias, públicas, etc pois devem promover e apoiar os direitos das pessoas em situação de rua, fornecendo livre acesso aos recursos informacionais e tecnológicos e respeitando-as de forma integral. É importante que nesse processo de acolhimento e apoio, as equipes das

bibliotecas sejam capacitadas e sensibilizadas quanto à realidade, dificuldades e tratamento às pessoas em situação de rua e que os gestores dessas bibliotecas busquem parcerias de diferentes tipos de instituições sociais, religiosas, governamentais, educacionais e profissionais da área da Saúde, Educação, Serviço Social, Psicologia, Direito, entre outros para estruturar um ambiente e serviços de forma colaborativa.

A educação e a informação transformam as pessoas, e as pessoas transformam o mundo para melhor para que tenhamos uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. As ações realizadas na Biblioteca Cidadã visam orientar, oportunizar reflexões, auxiliar na emancipação para que as pessoas possam manifestar sua livre expressão e serem reconhecidas por sua individualidade em um regime de igualdade social e de gênero, também contribuindo para o alcance de alguns dos objetivos sustentáveis da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

As bibliotecas– na pessoa de seus gestores - precisam reivindicar para si o papel que lhes cabe nos planos e estratégias nacionais relacionados a Agenda 2030, demonstrando que podem contribuir efetivamente no cumprimento da missão central da ONU que é “não deixar ninguém para trás”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009: **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.**

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **População em situação de rua.** 2023. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm
Acesso em: 18 set. 2024

DI FLORA, M. C. **Mendigos**: porque surgem, por onde circulam, como são tratados? Petrópolis: Vozes, 1987.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Manifesto de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias.** Florianópolis, 2013.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

HAUGG, K. A. **Relatório de estágio supervisionado na Biblioteconomia realizado na Biblioteca Cidadã de Florianópolis**. Florianópolis, UDESC. 2022.

MACHADO, E. C.; VERGUEIRO, W. C. S. Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil. **CRB8 Digital**, São Paulo, v. 3, n. 1, 2010.

MENESES TELLO, F. Servicios bibliotecários para grupos vulnerables: la perspectiva em las directrices de la IFLA y otras asociaciones. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 18, n.1, p. 45-66, jan./abr. 2008.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 2030**, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 13 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos**, 2005.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, C. de E. **Metodologia Científica**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUEZ VIGNOLI, J. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes**. Santiago: CEPAL, 2001.

SILVA, M. L. L. da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SPUDEIT, D. F. A. O.; HAUGG, K. A. Práticas inclusivas na Biblioteca Cidadã: um relato de experiência de atividades técnicas e literárias com pessoas em situação de vulnerabilidade social. **Revista ACB**, São José, v. 28, n. 2, p. 1-12. 2023.

SPUDEIT, D. F. A. O. **Diretrizes para o desenvolvimento da competência em informação em bibliotecas públicas com foco nas pessoas em situação de rua**. Tese (doutorado em Ciência da Informação) -Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

VITORINO, E. V. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação”. **Ci.Inf.**, Brasília, DF, v.47 n.2, p.71-85, maio/ago. 2018.